

HABEAS CORPUS Nº 548.716 - SP (2019/0357289-7)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
RODOLFO MARQUES DA SILVA - SP242870
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : EDSON HENRIQUE GONCALVES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em benefício de **Edson Henrique Gonçalves**, apontando-se como órgão coator o Tribunal de Justiça de São Paulo, que rejeitou a temática preliminar e negou provimento ao agravo em execução interposto pela defesa (Agravo de Execução Penal n. 0011720-22.2019.8.26.0996 – fls. 35/39), mantendo a decisão proferida pelo Juízo da Vara de Execuções Penais da comarca da Presidente Prudente/SP (DEECRIM 5ª RAJ), que indeferiu parcialmente o pedido de remição de penas por falta de amparo legal com relação à atividade escolar que excedera o limite de 4 horas diárias (PEC n. 0002946-75.2017.8.26.0154 – fls. 29/30).

Neste Tribunal Superior, o defensor pública almeja, em síntese, *seja concedida liminarmente a presente ordem de habeas corpus, a fim de que seja cassado o acórdão, para conceder a remição de penas postulada no pedido inicial, com base nas 325 horas estudadas, considerando, para fins de remição, as horas excedentes ao mínimo de 4 horas/dia* (fl. 9).

É o relatório.

Dúvidas não há sobre o caráter excepcional do deferimento de liminar em *habeas corpus*. Assim, há necessidade de se comprovar, de plano, patente ilegalidade a fim de se atender ao requerimento de urgência.

Em um juízo de cognição sumária, afigura-se impertinente aqui e agora pretender discutir questão relativa ao período de estudo excedente ao limite legal estipulado para fins de remição de penas, por merecer um exame mais detalhado dos autos.

Superior Tribunal de Justiça

Além disso, a providência cautelar perseguida é indubitavelmente satisfativa pelos seus efeitos definitivos, no tempo da sua duração, necessariamente decorrentes da desconstituição da eficácia do ato impugnado, implicando o seu acolhimento usurpação da competência do órgão colegiado, proibida ao Relator.

Tal o contexto, tenho por prudente reservar o pronunciamento definitivo para o momento apropriado.

Indefiro, portanto, a liminar.

Solicitem-se informações à autoridade tida coatora e ao Juízo da Vara de Execuções Criminais da comarca de Presidente Prudente/SP (DEECRIM 5ª RAJ), no prazo de 20 dias e, com essas, abra-se vista ao Ministério Público Federal.

Após, devolvam-se os autos.

Publique-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator